



**Diário da Sessão n.º 065 de 23/01/03**

Vamos iniciar o debate sobre a **Proposta de Resolução – “Serviço Público Audiovisual nos Açores”**, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Passou mais de um quarto de século sobre o início das emissões do Centro Regional dos Açores da RTP. Hoje colocam-se novos desafios no domínio da prestação do serviço público de televisão na Região Autónoma dos Açores.

A década de 90 alterou significativamente a paisagem do audiovisual nos Açores. Primeiro, a recepção de televisão por satélite tornou-se tecnicamente possível. A seguir, a distribuição por cabo entrou em fase de comercialização. E depois iniciou-se a difusão hertziana em sinal aberto do Canal 1. A partir daí a RTP/Açores passou a conviver com a concorrência da programação de outros canais, nacionais e globais.

Por sua vez, no sector da radiodifusão a legalização e consolidação da actividade de operadores privados de âmbito local fizeram o Centro Regional dos Açores da RDP perder o monopólio de quase cinco décadas das emissões de rádio nas ilhas açorianas.

Ora, o serviço público audiovisual nos Açores tem elevado valor social, cultural e político e deve, antes de mais, garantir a promoção e defesa dos valores culturais que definem a identidade açoriana, contribuir para a modernização da Região e ser fonte de recreação e promoção educacional das nossas gentes. Tem de ser espaço aberto à participação cívica e política dos cidadãos e ao mesmo tempo garantir expressões de diversidade social e



religiosa minoritárias. Decididamente, tem de ser canal privilegiado de ligação aos açorianos residentes no estrangeiro. Por isso, “é preciso garantir condições para a sobrevivência [dos] (...) canais regionais, de televisão e rádio, dotados de autonomia de meios e de políticas editoriais e de programação próprias, mesmo que tal implique séria contenção de custos.” O Estado tem de participar na concretização do serviço público audiovisual nos Açores, qualquer que seja a sua modalidade contratual. E a Região não pode ficar de fora.

As “Novas Opções para o Audiovisual”, recentemente apresentadas pelo Governo da República, convocam as Autonomias para uma intervenção decisiva neste domínio. O documento aponta princípios genéricos. É preciso dar-lhe conteúdo, precisar os seus termos e clarificar outros. Esse é o espaço reservado à Região. Ainda bem que o documento está aberto, que as decisões não são impostas, que os Açores podem decidir sobre o que querem. Que podemos e devemos dizer o que não queremos.

Em qualquer circunstância, deve ser garantida a defesa integral dos direitos dos trabalhadores e na relação da nova empresa regional de televisão com a holding do sector audiovisual do Estado deve ser garantida a permuta de programas de informação e produção, a assistência técnica e a formação contínua, bem como a compatibilidade dos sistemas de edição e emissão e a transição para as plataformas digitais.

Este é um tempo de mudança. Não pode ficar tudo como dantes.

O modelo de serviço público de televisão nos Açores esgotou-se. A evolução para um novo figurino convoca debate profundo e estudo minucioso. Aproveitemos este tempo – a oportunidade de mudar para melhor. Toda a mudança tem riscos, que devem ser acautelados, com previsão e discernimento.



Que serviço público audiovisual queremos nos Açores?

Qual o seu conteúdo?

Que obrigações lhe devemos exigir?

E quais as modalidades contratuais de execução?

E as fontes de financiamento?

E o custo socialmente suportável pela Região no financiamento desta actividade?

Que modelo societário preconizamos para a nova empresa regional de televisão? De capital maioritariamente público? Tutelada pelo Governo ou pelo Parlamento?

Assembleia e Governo, em razão da sua função e competência legal, devem participar na definição do quadro de princípios da regionalização do serviço público audiovisual e respectivo calendário. Sem atropelos. Sem reservas. Em complementaridade. Em pluralidade. O consenso e a convergência de vontades reforçam o interesse dos Açores.

A Assembleia deve exercer a sua vocação de “controlo parlamentar sobre a realização do serviço público de televisão”, através da criação de um órgão regulador do audiovisual público, dotado de amplos poderes fiscalizadores e sancionatórios.

Que maior consenso político se pode encontrar do que no Parlamento?

Que maior pluralidade se pode garantir do que no Parlamento?

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Que maior legitimidade se pode obter do que a que emana do Parlamento?

**São mais as interrogações do que as respostas. A única certeza é que este é um tempo de mudança. O pior que pode acontecer aos Açores é a falta de consenso nesta matéria. A amplitude social, cultural e política**



**do modelo de serviço público audiovisual, que agora importa definir, para vigorar nos próximos dez, quinze, vinte anos, justifica objectivamente a criação de uma comissão eventual com esse fim, porque sozinho, depressa e bem, não há quem.**

**(Aplausos da bancada do PSD)**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro (PS): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:**

Em primeiro lugar parece-me necessário enquadrar a discussão, naquilo que está efectivamente em discussão aqui e neste momento e que não é aquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado tentou trazer a este debate.

Nós não estamos a discutir neste momento se a Assembleia deve controlar o Serviço Público de Televisão. Nós não estamos a discutir neste momento se a Região deve ou não deve participar com 50, 60 ou 30% na eventual futura empresa regional. Não é isso que está aqui em discussão.

O que está aqui em discussão é a proposta do Partido Social Democrata de criar uma comissão, em termos muito precisos e muito concretos, para acompanhar as propostas do Governo da República.

E passo a dar-vos conta da posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre esta matéria:

Em primeiro lugar convirá ler, pelos vistos os Srs. Deputados do PSD não leram, o Programa do Governo da República sobre esta matéria que diz: “... a autonomização dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira, através de negociações com os respectivos Governos Regionais”. Muito bem, mas isso invalidaria a proposta? Só por si, certamente que não.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Mas, se levarmos o raciocínio até mais longe, se tivermos em conta – coisa que, pelos vistos, os Srs. Deputados do PSD não tiveram – a forma como essas coisas se devem processar e o momento exacto da intervenção de cada um dos participantes neste processo, veremos que esta comissão não faz sentido neste momento e, sobretudo, como direi adiante, não faz sentido com este objecto.

Há uma proposta do Governo da República que, no nosso entendimento, deve ser debatida, analisada e negociada pelo órgão executivo da Região, ou seja, pelo Governo Regional.

Mas significa isto que o Governo está a alienar a possibilidade de gerar consensos? Não. O Governo Regional, através do seu Presidente, chamou os partidos com assento parlamentar para auscultá-los sobre essa matéria – presumo que esse gesto, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, não queira dizer que atribuiu pouca importância a este facto – e o Sr. Presidente do Governo disponibilizou-se e foi efectivamente à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho dar um exaustivo e minucioso relatório sobre o andamento destas negociações, o Governo Regional manteve contactos com as Direcções da RDP e da RTP e, portanto, a conclusão também não pode ser que o Governo Regional não esteja a exercitar a sua capacidade de gerar consensos.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Estamos a falar do Parlamento.

**O Orador:** Vamos falar do Parlamento.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O senhor é um troca tintas.

**O Orador:** Eu não sou troca tintas, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, e fica-lhe mal.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É o enquadramento.



**O Orador:** Em relação a esta matéria aquilo que nos parece claro é que as coisas estão a decorrer no seu espaço e no seu método próprio.

Mas isto significa, porventura, que os directamente interessados nesta matéria não tenham também a possibilidade de serem ouvidos? Não significa. O Sr. Presidente do Governo chamou um grupo de trabalhadores da RTP e ouvi-os sobre essa matéria.

Significa – e aqui chegámos ao cerne da questão – que esta Comissão visa estudar e auxiliar o Governo Regional na negociação? Não significa e chamo a vossa atenção, Sras. e Srs. Deputados para o seguinte: a Comissão tem por objecto o acompanhamento e estudo das condições jurídicas, financeiras e técnicas necessárias à concretização das novas opções para o audiovisual, apresentadas pelo Governo da República. Isto para mim tem um nome e chama-se “cheque em branco” e “cheque em branco” porquê? Porque não se quer aqui discutir o que deve ser o futuro do audiovisual nos Açores, como erradamente quis fazer passar o Sr. Deputado Joaquim Machado, consciente ou – e concedo-lhe o benefício da dúvida – inconscientemente.

Não é isso que está aqui em discussão, o que está aqui em discussão, pelo objecto desta Comissão, é amarrar este Parlamento a estudar as condições jurídicas, financeiras e técnicas para concretizar a aplicação de novas opções para o audiovisual, apresentadas pelo Governo da República.

Isto não é autonomia. Não é assim que nós trabalhamos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Apoiado!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Isto que se tenta fazer com esta Comissão é amarrar este Parlamento a uma proposta e ignorar, lamentavelmente vindo de quem vem, o Programa do Governo da República que diz que é através de negociações e pura e simplesmente acabar com a discussão, porque há uma proposta e agora o que temos que estudar é as condições para aplicar essa proposta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É preciso que se diga daqui desta tribuna que aquilo que os senhores andaram durante semanas a apregoar como sendo os meritórios objectivos dessa Comissão e que seria reunir todos à volta dum debate sobre o futuro do audiovisual, reunir todos à volta da defesa dos interesses da Região, reunir todos para que a nossa televisão não acabe, é falso. O que os senhores pretendem é amarrar este Parlamento à proposta do Governo da República e isto, Srs. Deputados, nós não aceitamos.

Aquilo que está aqui em causa não é nada daquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado veio aqui dizer e repare: não sou eu que digo isto, é o próprio texto da proposta que o diz, o próprio texto da proposta é que assume estudar as condições para concretizar o modelo que foi apresentado pelo Governo da República.

Isto não é debater, isto não é de forma nenhuma exercitar a autonomia, isto não é de forma nenhuma defender os interesses dos Açores.

Os senhores o que queriam era que este Parlamento se resumisse a saber se a forma jurídica era aquela ou aquela outra, se era necessário mais este equipamento ou menos aquele, se era, porventura, necessário mais montante ou menos montante.

Aquilo que os senhores fizeram com esta proposta desmascarou as vossas intenções e o vosso entendimento na presente conjuntura, daquilo que é a defesa dos interesses da Região.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Não me tentem convencer que esta formulação foi um lapso. Eu concedo-lhes muito mais do que isto: isto não pode ter sido um lapso, isto foi propositado e os senhores sabem perfeitamente a diferença entre propor uma Comissão para estudar, para analisar e para debater e propor uma Comissão cujo único objecto é estudar as condições para concretizar uma proposta do Governo da República.

Isto que está aqui feito não pode de forma nenhuma ter o consentimento de qualquer açoriano e de qualquer autonomista.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** As coisas que o senhor inventa.

**O Orador:** Não é que a matéria não mereça ser discutida, não é que a matéria não mereça ser debatida, mas não é isso que os senhores querem.

Os senhores não querem chamar os trabalhadores da RTP a esta Comissão para serem ouvidos.

Os senhores não querem chamar a dita sociedade civil a esta Comissão para saber qual é a opinião sobre a autonomização.

Os senhores dão como ponto assente a proposta do Governo da República e agora que se amanhem que é a partir daqui que isto vai ser aplicado e isto não pode merecer a nossa concordância.

**Deputado Mark Marques (PSD):** São palavras suas.

**O Orador:** São palavras minhas, Sr. Deputado, que a vossa proposta me permite dizer.

Não se diga que, quando se vai referir no nº 2 que na prossecução daqueles objectivos e na procura das soluções que melhor assegure os interesses da Região Autónoma dos Açores, a Comissão analisará a defesa dos interesses dos Açores na forma como isto está formulado aqui. Isto quer dizer sempre, mas sempre dentro do quadro de concretizar as opções que foram apresentadas pelo Governo da República.



Concluindo, Sr. Presidente, a primeira coisa que é necessário dismistificar numa forma clara, é que o PSD não quer discutir o futuro da RTP Açores. O PSD com esta proposta de Comissão, aquilo que quer é, pura e simplesmente, amarrar esta Assembleia ao cumprimento da proposta do Governo da República.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Isso é demagogia.

**O Orador:** Isto não é demagogia, Sr. Deputado. O senhor não leu a sua proposta? Não fez o trabalho de casa? Devia ter feito.

**Deputado Mark Marques (PSD):** A gente já conhece o teatro. Isso é teatro. É um fadista!

**O Orador:** Em relação a esta matéria aquilo que está aqui em causa é uma separação muito clara: os senhores têm toda a legitimidade de defender isso que defendem, os senhores têm toda a legitimidade de dizer que a proposta do Governo da República é o “céu sobre a terra”, agora não podem é obrigar a querer concordar e a amarrar o Parlamento da Região Autónoma dos Açores a esta matéria.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não apoiado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Suprema demagogia.

**O Orador:** Como parlamentares, como autonomistas e, sobretudo, como açorianos, nós não vamos nessa.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, do Governo e do Sr. Deputado José Decq Mota, do PCP)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.



**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós ao discutirmos esta matéria penso que nos temos que colocar em duas perspectivas, uma a estritamente parlamentar e outra a que diz respeito ao objectivo do trabalho que se pretende efectivamente fazer.

Começando pela estritamente parlamentar, quero dizer que esta questão da criação de comissões eventuais normalmente não é uma questão simples, porque não haverá nenhum assunto que não esteja coberto por comissões especializadas permanentes da Assembleia e, neste aspecto estritamente parlamentar, eu recordo que por vezes as posições divergem.

No começo desta legislatura o Partido Socialista propôs a criação da Comissão Eventual “Uma Nova Assembleia para o Século XXI” e o meu Grupo Parlamentar, embora tenha aprovado a criação dessa Comissão, manifestou a sua preferência por uma solução que era encarregar a Comissão Especializada Permanente que tem essa competência de estudar os assuntos que fossem decididos ser estudados, mas ressalvo que, embora fosse essa a nossa posição dominante, a nossa postura final foi de achar legítima a posição do proponente, atendendo a que o mesmo propunha coisas que, de uma maneira ou de outra, deviam e tinham que ser estudadas por uma comissão eventual ou pela comissão permanente.

Dentro da perspectiva estritamente parlamentar devo dizer que nós temos uma comissão que até este momento tem dado boa resposta das tarefas que tem tido a seu cargo e que tem competência na área da comunicação social e, portanto, estas matérias podem ser por ela tratadas da forma adequada, inclusive da forma que o plenário decidir, se quiser fazer alguma resolução, alguma orientação sobre esta matéria.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

De qualquer modo não seria este o argumento que nos levaria a colocar contra a criação de uma comissão eventual. É aqui que entramos, de facto, na questão política e aqui queria manifestar, em relação aos oradores anteriores, duas opiniões e que são opiniões distintas:

Primeiro, tendo em conta uma parte da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro há pouco, gostava de dizer que não há, do nosso ponto de vista, nenhum problema, nenhuma desvantagem, nenhuma razão de preocupação de que este assunto seja discutido agora no Parlamento. Não há nenhuma dificuldade no posicionamento que temos, não diminui em nada a acção que o Presidente do Governo e o Governo possa estar a ter sobre esta matéria, mas obviamente que é uma outra acção que tem que ser feita e tanto pensamos assim que tínhamos comunicado ao Sr. Presidente da Assembleia, nos termos regimentais, que queríamos promover um debate de urgência, nesta sessão, sobre este tema.

Depois desistimos disso e desmarcámos por uma séria de circunstâncias que têm a ver com o nosso trabalho, que está em curso, e com os assuntos importantes que estamos a tratar e, portanto há que saber também ver o que é que é prioritário em cada momento, mas não desistimos da ideia do debate em plenário.

Mas, na nossa óptica, não há nenhuma contradição entre o facto do Governo estar a contactar, ir negociar, estar a ouvir, como fez, e o Parlamento poder estar a construir opinião a respeito desta matéria. Não há nenhuma contradição entre uma coisa e outra.

Em relação a um outro problema político fundamental para a resolução desta matéria, eu queria aqui dizer que – e foi levantado pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro e eu também tive oportunidade de levantar na comissão e os colegas lembrar-se-ão disso – o objecto que o PSD põe na proposta é um



objecto que está definido de uma maneira que não é aceitável em termos do funcionamento deste órgão, em termos do conceito de autonomia e em termos daquilo que é a nossa obrigação discutir.

Nós podemos discutir e chegar à conclusão que as linhas de orientação, que são ponto de partida da posição da República, são acertadas e nós podemos discutir e chegar à conclusão que não é minimamente por esse caminho que se tem que ir e nós, num caso ou noutro, temos que ter capacidade de assumir essas posições e de assumir com o rigor e com a energia que são necessários

Não é aceitável, Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD que se diga que esta comissão tem, como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro há bocado citou, mas tenho que citar também: “**por objecto o acompanhamento e estudo das condições**”, ou seja, vem uma ordem de serviço do Gabinete do Sr. Ministro Adjunto e nós temos que, ver para a execução daquilo, o que é que tem que ser feito. Não é aceitável.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É uma pretensão.

**Vozes da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

**O Orador:** O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro sabe muito bem que eu levantei este problema na Comissão e estaria na expectativa de que o PSD mudasse este objecto e clarificasse, adequando o objecto da Comissão àquilo que tem que ser um objecto duma comissão eventual e a postura que tem a estudar um tema destes.

Isto não pode ser assim por uma razão muito simples: é que em dado momento esperamos que ele ou qualquer outro deputado de outro partido



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

na Comissão avance com outra questão qualquer e os senhores dizem: não, nós temos que estudar, porque está na resolução, é as condições de aplicação do que veio da República. Não é aceitável que seja assim.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, deste ponto de vista e por esta razão, não pela razões parlamentares, nem por razões que tenham a ver do relacionamento do Parlamento com o Executivo, nós não podemos aprovar esta comissão eventual.

Se esta comissão eventual tivesse como objecto estudar globalmente este problema, eu diria que a nossa preferência seria que a Comissão competente fosse encarregada disso. Entretanto, e há precedentes já nesta legislatura, não contrariamos a vontade do proponente, que tem legitimidade para ter essa vontade, mas não é com este objecto.

Foi bom que tivessem, e eu também, vindo à tribuna para vincar com a veemência necessária esta tomada de posição.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, surpreende-me a intervenção que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro aqui fez sobre esta matéria, não tanto pelo tom nem pelo estilo, mas fundamentalmente pelo seu conteúdo, na medida em que confirma aquilo que nós, há medida que o tempo vai passando, vamos constatando e confirmando de que o Partido Socialista nos Açores fala a várias vozes e não se trata de polifonia, porque essa seria agradável para os ouvidos, é a várias vozes em ruído pouco dissonantes.

Vejamos:



É ou não é o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a favor da autonomização do serviço público de televisão dos Açores?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não é isso que está em discussão.

**O Orador:** É importante ter a resposta, Sr. Deputado, porque a resposta decorre das perguntas e de toda a elaboração do seu raciocínio.

O objecto desta comissão eventual que nós propomos é, de facto, fazer o acompanhamento e o estudo em várias vertentes da concretização das novas opções do audiovisual na Região Autónoma dos Açores. Ponto final.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Estamos esclarecidos.

**O Orador:** Estamos esclarecidos, só que eu ainda lhe reconheço, e digo isto com toda a clareza, com toda a franqueza e estima pessoal, a inteligência suficiente para perceber que este objecto não se reduz àquilo que o senhor aqui tentou convencer-nos.

Por essas razões é que o Sr. Presidente do Governo Regional, quer na audição que fez com o Grupo Parlamentar do PSD, quer na audiência que fez na Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, que tem a seu cargo a comunicação social, disse simplesmente isto: “eu não posso ir contra o sentido do Governo da República neste domínio, porque ele corresponde a uma promessa eleitoral sufragada, corresponde a um Programa de Governo aprovado”.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Para que fique registado, o Sr. Deputado estava lá!

**O Orador:** E aduziu também, a favor desse raciocínio, de que aceitando o Governo da Região Autónoma da Madeira um novo figurino para o Serviço Público Audiovisual naquela Região, a nossa, com as distinções que temos e continuaremos a ter não poderia, todavia, ficar muito diferente do que se passar naquela Região Autónoma.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Portanto, Sr. Deputado, o objecto dessa comissão é efectivamente saber em que condições é que o novo modelo audiovisual para Portugal se concretizará nessa Região Autónoma e não é aceitar o que o Governo da República dita.

Aliás, neste domínio não há grandes decisões tomadas nem fechadas e ainda bem que elas não são assim. É um documento orientador, genérico que deixa a porta aberta para nós, Região Autónoma dos Açores, dizermos o que queremos e o que não queremos e esse é o desígnio que cabe, em absoluto, a esta Assembleia, porque também é importante dizermos o que queremos e o que não queremos.

Nós não deixaremos que aconteça o que aconteceu muitas vezes em tempos recentes que foi um silêncio comprometedor, uma omissão disfarçada sobre o que queremos ou não que seja a salvaguarda dos interesses específicos da Região.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Concluo já, Sr. Presidente.

Portanto, dizer em que termos é que essas novas opções para o audiovisual em Portugal se concretizam nos Açores, é um desígnio desta Assembleia fazer esse acompanhamento, mas não é fazer esse acompanhamento subjugado como nalguns tempos recentes se fez, é fazer um acompanhamento proactivo.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Está aqui. Não sabe ler o que escreveu?!

**O Orador:** Já está perdendo a razão, já está começando a perder um bocadinho do seu verniz.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vamos a ver se nos entendemos.

Ser proactivo é dizer o que queremos e o que não queremos.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não é isso que está aqui.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**O Orador:** O Governo Regional vai fazer a negociação com o Governo da República, pois isso também é prova de que este Governo da República não trata distintamente as Regiões em razão da cor dos respectivos Governo Regionais.

Portanto, é com o Governo Regional que se faz a negociação? É sim senhor, naquilo que diz respeito ao executivo,...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não é por aí.

**O Orador:** ... mas há-de ser também este Parlamento, e concluo já, Sr. Presidente, a decidir que modelo, que figurino audiovisual quer para os Açores.

Quer ou não quer o Partido Socialista autonomização do Serviço Público de Televisão?

Eu fico à espera da resposta.

**Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD):** Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

**Presidente:** Srs. Deputados, embora existam ainda vários deputados inscritos sobre esta matéria, vamos fazer aqui o nosso intervalo para o jantar e voltamos às 22,00 horas.

(Eram 20,00 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 22 horas e 15 minutos)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Estávamos, como bem se lembram, a discutir a Proposta de Resolução relativa à criação de uma comissão eventual para estudo do Serviço Público Audiovisual nos Açores e está inscrito o Sr. Deputado Paulo Gusmão. Tem a palavra.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Tenho aqui algumas notas e que têm a ver sobretudo com a questão essencial e por elas começarei.

A questão essencial que ficou aqui, e que é aquilo que estamos a analisar, é a questão de entendermos ou não que é útil uma comissão eventual.

Sobre essa matéria, e começaria por aí, até para não haja dúvidas, devo dizer que no contexto estamos completamente à vontade para nos debruçarmos sobre o assunto e sobre aquilo que foi dito anteriormente.

Tal como no passado, sempre que foram propostas algumas comissões eventuais, que mais não eram do que retirar conteúdo às comissões permanentes, também nesta temos dúvidas de que isso seja mais útil ao nosso próprio sistema parlamentar, aliás, até pelo argumento base que normalmente está por detrás disto e que tem a ver com a dignificação das matérias.

Se é verdade que criando uma comissão eventual se dá algum brilhantismo, à partida, a uma determinada matéria, não é menos verdade que as comissões permanentes também se esvaziam do seu trabalho parlamentar e que também tem a ver com as matérias importantes.

Portanto, nós entendemos que uma comissão permanente não pode ser apenas para dar pareceres a diplomas da República e para aquilo que é o trabalho mais fluente. Quando aparece um problema mais emblemático, entendemos nós que também devem ser as respectivas comissões



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

permanentes a debruçarem-se sobre ele, até porque normalmente são deputados que já estão habituados a essas mesmas áreas, sendo certo que existem questões residuais, e por isso mesmo o nosso Regimento também o prevê, que têm a ver com situações excepcionais, como já houve no passado, normalmente relacionadas às vezes com comissões para inquéritos e outras matérias mais substanciais.

Agora, achamos claro, desde logo, que da mesma forma que temos essa coerência, parece-nos que o Partido Socialista nesta matéria não a está a ter, porque em outras matérias que eram da competência do Governo, como é a saúde, criou uma comissão para essa área e para quê? Para decidir em vez do Governo? Com certeza que não, mas para acompanhar e para estudar aquilo que era a função do Governo, que não teve essa capacidade de encontrar a solução e que foi criada uma comissão para, em vez do Governo, propor essas mesmas soluções e fazer esse mesmo estudo.

Portanto, em matéria de coerência seria interessante que o Partido Socialista também se explicasse um pouco sobre ter dois pesos e duas medidas em relação a isto.

Mas, foi dito aqui também que criar-se uma comissão serviria para amarrar o Governo Regional ao Parlamento.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não foi isso.

**O Orador:** Em primeiro lugar, o Governo Regional estará sempre, conforme foi dito, disponível para vir às respectivas comissões.

Em segundo lugar frisariamos também que seja ou não, e essa é que é a base essencial, nossa intenção e nossa concordância a criação de mais uma comissão, achamos que esta proposta tem o mérito de trazer conteúdo, que entendemos importante, e essa é uma divergência de forma, trazer essa discussão à respectiva comissão e, portanto, trazer à Comissão de Assuntos



Parlamentares, Ambiente e Trabalho a discussão que aí está. Pergunta-se: amarra em quê?

Desde logo, os senhores têm a maioria, a não ser que tenham medo dos seus próprios deputados, nas diversas comissões.

Parece-me que não é muito correcto ou pelo menos muito sério, por parte do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, relativamente a esse objecto que é proposto, não me parece muito sério no sentido em que V. Exa., pela sua formação jurídica, quis dizer aquilo que sabe que não é bem assim.

V. Exa. disse, por exemplo, que a comissão tem por objecto o acompanhamento e estudo das condições jurídicas, financeiras e técnicas necessárias à concretização das novas opções e que obriga a Assembleia a acatar a decisão do Governo da República.

V. Exa., como jurista que é, saberá muito bem que esta proposta não diz “por objecto”, o que diz é bem diferente: “a comissão tem por objecto a concretização das condições jurídicas, financeiras e técnicas”.

O que aqui é dito é que a comissão tem por objecto o acompanhamento e estudo, ou seja, o que aqui é dito é que a comissão tem por objecto fazer aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional veio à Comissão de Assuntos Parlamentares dizer que foi: “à Assembleia compete também, naquelas que são as soluções da Região para a concretização, eventual ou não, acompanhá-las, estudá-las e propor propostas”.

Portanto, quanto a esta matéria julgo que foi um falso raciocínio que não está aqui em discussão, porque ainda quando é dito, “apresentados pelo Governo da República”, infelizmente temos todos de reconhecer isso. Nós todos sabemos que a RTP Açores não está bem e não é de agora, é desde o tempo em que há concorrência.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

A RTP Açores tem até, reconhecemos todos, programas excelentes e ultimamente até tem tido algumas inovações com graça, mas, infelizmente, não tem entrado no mercado.

Mas, a questão é precisamente essa, é sabendo todos nós que essa discussão tem sido evitada, a autonomia nunca foi capaz de gerar por si própria essa mesma discussão em termos de concretização.

O que se pergunta é: quem é que então apresentou uma proposta em concreto e quem é que teve essa coragem de a apresentar?

Portanto, a lógica do processo que está em curso é seguirmos aquilo que o Governo da República propõe, e não necessariamente seguirmos e aprovarmos a proposta que nos é feita, mas seguirmos o processo que foi desencadeado e quero aqui perguntar: em que é que fere a nossa autonomia? Estamos a falar duma área em que a Região já teve alguma competência? Não. Estamos a falar dum Governo da República que nos propõe a gestão da nossa televisão. Em que é que isso fere a nossa autonomia? Como é que podemos dizer que somos autonomistas se queremos recusar uma proposta de sermos nós próprios a gerirmos a nossa televisão?

**Vozes da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

**O Orador:** Como é que é feita esta proposta? Esta proposta é feita, desde logo, no documento que aí está e que tudo metemos com negociação com o Governo Regional, com negociação com a Região, sabendo se queremos ou não, sabendo em que termos queremos, lançando a discussão, ao contrário, por exemplo, e permita-me que o diga, das transferências de competências



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

que V. Exas. fazem para as câmaras municipais e que um dia eu próprio aqui disse: “nós aprovamos, mas não-de-se lembrar que recordarei isso quantas vezes forem precisas”. Era a propósito da água e que até gostavam que as câmaras municipais não a tivessem em conta nas escolas.

Por isso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não há aqui qualquer atentado à Autonomia, não há aqui qualquer atentado àquilo que a melhoria do nosso serviço público de televisão, porque também é preciso dizer que o Sr. Presidente do Governo Regional foi à nossa Comissão de Assuntos Parlamentares, como já aqui lembrei, e que à partida entendemos que representa também um pensamento político, – mas também, como já aqui foi dito, parece que há várias vozes e há uma certa desorientação – disse e cito: “Manifesto concordância no processo de regionalização. Aliás, resulta do programa eleitoral que foi sufragado”. Eu disse a V. Exa., Sr. Presidente, em sede de Comissão: “Felicito-o, porque ao contrário de alguns porta-vozes do Partido Socialista, V. Exa. veio aqui com uma postura dignificante”, e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro logo a seguir correu e disse:

**Deputado Mark Marques (PSD):** “Sou a única voz”.

**O Orador:** “Porta-voz só há um”.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Eu não corri.

**O Orador:** Não correu, porque estava sentado, mas correu a sua voz.

Mas, o problema é que o porta-voz diante do Presidente do Governo diz uma coisa e o porta-voz do Presidente do Governo, isolado, diz outra, o que significa que estão a falar a duas vozes.

O Sr. Presidente do Governo faz o papel do Cordeiro e o Cordeiro diz aquilo que o Sr. Presidente não quer dizer.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

**O Orador:** O que importa aqui dizer é que há, sobretudo, vantagens que a Assembleia acompanhe este processo. Se não as houvesse o Sr. Presidente do Governo até não teria dito que mensalmente quer aqui prestar correspondência daquilo que está a ser o processo de negociação.

O Governo Regional já disse que pretende concretizar, não é sequer estudar e acompanhar, a proposta do Governo da República e eu pergunto se é ou não importante que a Casa que representa todas as sensibilidades políticas, todas as sensibilidades da nossa geografia, a acompanhe?

Digo com toda a franqueza: mais uma comissão eventual é evidente que, neste caso, acredito que não se justifica, agora não percebo, sinceramente é muito difícil de perceber, sinceramente é muito difícil de V. Exas. explicarem como é que os senhores que, semana sim, semana não, propõem uma comissão eventual, só porque é outro partido a propô-la, como é que têm a coragem de a chumbar. Arranjam os mais elaborados argumentos.

V. Exa. daquela tribuna, e terminarei aqui, veio dizer aqui que é porque é extemporânea, só que os senhores hoje dizem que é extemporânea, porque ainda falta o tempo em que vamos discutir os conteúdos.

Em sede de Comissão o senhor porta-voz do Partido Socialista disse que era extemporânea, porque já estávamos a discutir o processo.

Em que é que ficamos? Ficamos, sobretudo, na vontade dos senhores chumbarem aquilo que não é vosso.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)



**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para, em jeito de segunda intervenção, colocar algumas questões e, sobretudo, responder a algumas questões que me foram colocadas pelos Srs. Deputados que já fizeram a sua intervenção.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor disse que estranhava a minha intervenção, fazendo um elogio, creio que sincero, de que eu teria a inteligência para perceber algo mais.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não me diga que é académica.

**O Orador:** Sr. Deputado Joaquim Machado, com a mesma sinceridade, eu digo-lhe que reconheço em si a capacidade de ler português...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** E de redigir!

**O Orador:** ... e de ler aquilo que os senhores propõem, mas estranheza senti eu em relação à sua intervenção, porque devo confessar à Câmara que esperava, sinceramente, que o Sr. Deputado Joaquim Machado o que fizesse era que, apercebendo-se do erro que o PSD cometeu na definição do objecto desta comissão, dissesse: muito bem, o problema não será por causa disso, vamos mudar o objecto da comissão. Não fez isso, o que só vem comprovar, em primeiro lugar, que estão sinceramente convictos daquilo que querem fazer e, em segundo lugar, se alguma proposta surgir neste momento, já surge completamente descredibilizada do ponto de vista da sua intenção de corresponder àquilo que os senhores entendem que deve ser essa comissão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira questão que eu gostaria de tornar clara é que, exactamente, o PSD quer é uma comissão que estude as condições jurídicas, financeiras e



técnicas necessárias à concretização das novas opções para o audiovisual, apresentadas pelo Governo da República.

O PSD não quer chamar todos a discutir o audiovisual nos Açores, porque se o quisesse fazer teria feito constar isto no objecto da comissão.

Se por acaso agora apresentar alguma proposta de alteração...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Está com medo?

**O Orador:** ... é apenas para encobrir as suas verdadeiras intenções nesta matéria.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Já está com medo de ficar entalado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Já está a acelerar.

**O Orador:** Se alguém acelerou aqui foram os senhores e não eu.

Relativamente à questão da autonomização ou não autonomização, não é este o tema do nosso debate,...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É o tema do nosso debate.

**O Orador:** ... mas já agora deixem-me que lhes diga que, Srs. Deputados Joaquim Machado e Paulo Gusmão, terão certamente ouvido o Sr. Presidente do Governo dizer que, como posição de princípio, não concordava com a autonomização. Isso foi dito na Comissão.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Não senhor, não disse!

**O Orador:** Foi dito na Comissão que havia uma proposta, o Programa do Governo estava sufragado pelos açorianos e, portanto, não tinha outro remédio senão adaptar-se, mas isso não quer dizer que se concorda com o tipo de autonomização que o Governo da República nos quer impor.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Não está nada decidido.

**O Orador:** Sr. Deputado Joaquim Machado, os açorianos sufragaram o programa eleitoral do PSD, mas V. Exa. esquece-se que os açorianos



também nos elegeram a todos aqui dentro para defender os Açores e a vossa proposta não defende os Açores.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** A nossa proposta é para isso!

**O Orador:** Sr. Deputado Paulo Gusmão, em relação ao que eu quis dizer, eu não quis dizer nada. Sr. Deputado, eu disse. Aquilo que eu disse daquela tribuna foi exactamente isto: “esta proposta o que faz é amarrar este Parlamento à concreta proposta apresentada pelo Governo da República em relação à questão do audiovisual e isso não podemos admitir de maneira nenhuma.

Portanto, eu até concordo consigo quando o Sr. Deputados diz que esta matéria deve ser acompanhada. Nesta parte tem total apoio do Partido Socialista. Esta matéria deve ser acompanhada. Há uma Comissão competente que já está a trabalhar sobre esta matéria.

E mais:

O Sr. Presidente do Governo Regional disponibilizou-se e tem tido o cuidado de manter uma informação constante nesta Comissão.

Agora, o problema que se coloca aqui é o seguinte: do ponto de vista de pronúncia formal da Assembleia sobre esta matéria, entendemos que não é este o momento.

Do ponto de vista de comissão eventual para o estudo desta matéria, a proposta do PSD o que faz não é aceitável para nós.

Portanto, com todos estes argumentos não é legítimo esperar que o Partido Socialista pudesse viabilizar esta comissão eventual.

Quero também dizer que o problema nada tem a ver com outras comissões eventuais ou com falhas de comissões eventuais, mas sim com a apreciação concreta que fazemos desta situação. É aqui que centramos a nossa análise.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

O Partido Socialista aprovará as comissões eventuais que entender que deve aprovar...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Aprovará as que são suas.

**O Orador:** ... e não aprovará...

**Deputado Mark Marques (PSD):** As que vierem dos outros.

**O Orador:** ... as comissões eventuais que não deve aprovar. Em relação a esta matéria estamos perfeitamente à vontade e, portanto, o que se passa, de fundo, nesta questão é que são dois entendimentos completamente diferentes.

Nós entendemos que há negociações a decorrerem neste momento, uma vez que o processo já se iniciou.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Eu concordo.

**O Orador:** Eu também não estou a perguntar se você concorda, eu estou é expondo a minha opinião. Eu não posso expor a minha opinião?

Em relação a esta matéria há negociações que estão a decorrer com o Governo da República e encetadas pelo Governo Regional, e o Parlamento está a ser devidamente informado sobre essas matérias e terá oportunidade de se pronunciar, futuramente, do ponto de vista de manifestação de posição formal sobre esta matéria e por isso entendemos que com a grande confusão...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Grande confusão? Nós já percebemos!

**O Orador:** ... que vai na cabeça dos Srs. Deputados dos PSD, nomeadamente de quem preparou esta Proposta de Resolução para a criação de uma comissão eventual. Eu receio, Sr. Presidente, apesar de todos os protestos da bancada do PSD, que vai surgir uma proposta de alteração. Se isso acontecer só significará que nós tínhamos razão.

Muito obrigado.



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para, neste debate, dar conta da posição do Governo Regional e não para interferir no debate, porque em termos de organização da própria Assembleia, pois ela escolherá e decidirá a forma mais correcta de acompanhar este processo.

Da parte do Governo têm sido feitos esforços nesse sentido, quer com a audição dos Grupos Parlamentares, quer com a audição de entidades que têm uma palavra a dizer sobre a matéria, que já decorreu e continuará a decorrer.

Pela disponibilidade evidenciada, perante esta Assembleia, que é o órgão próprio para ser feito esse acompanhamento e essa audição, penso que é o local próprio para serem prestados todos os esclarecimentos relativamente a este processo.

É necessário que também se perceba que este processo se encontra numa fase de negociação, em que as decisões não estão tomadas e em que tudo se vai articulando.

Evidentemente, esta Assembleia terá uma palavra a dizer e um papel muito importante. É preciso é que ele surja na altura certa, mas neste momento parece-nos, de facto, não ser a mais apropriada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

No entanto, se esse acompanhamento será feito numa comissão permanente ou numa comissão eventual, pois isso caberá a V. Exas. decidirem.

O Governo Regional reitera a sua disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos relativos ao processo negocial e para podermos também, nesta matéria, ouvir o que os deputados terão a dizer, para o bom resultado de todo o processo.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Nós queremos ter opinião para podermos dar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues):** Vocês propõem a opinião do Governo da República.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Dispõe de três minutos.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos por partes.

Disse o Sr. Deputado que, do mesmo modo que o PSD foi sufragado na Região e na República num acto legislativo nacional, para fazer cumprir o seu programa eleitoral, transformado depois em Programa de Governo, também o Partido Socialista havia sido sufragado maioritariamente na Região para defender os interesses dos Açores.

É verdade, Sr. Deputado, mas mais uma vez o senhor peca por omissão, por não dizer tudo e devia ter dito que todos nós, em razão da vontade do eleitorado, fomos eleitos para defender os interesses dos Açores e a nossa



proposta concreta em nada diminui da defesa dos interesses dos Açores, bem pelo contrário. Nós com esta proposta queremos salvaguardar os interesses dos Açores. Nós queremos dizer o que queremos e o que não queremos, no âmbito do princípio genérico e orientador do Governo da República para o Serviço Público Audiovisual.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não me faça retirar o elogio que lhe fiz há pouco.

**O Orador:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, acaso é ou não contra a autonomização dum serviço público de televisão? Eu continuo sem resposta e essa resposta aqui é fundamental para elaborarmos todo o nosso raciocínio e argumento, porque, como o Sr. Deputado Paulo Gusmão já aqui lembrou, o Sr. Presidente do Governo Regional foi à Comissão dizer que ia manifestar ao Governo da República a concordância do Governo Regional para o processo de regionalização.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não foi isso que ele disse.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Foi sim senhor.

**O Orador:** Ipsis verbis.

O Sr. Deputado se quiser fazer o debate com sinceridade e com honestidade mental, das duas uma, ou o senhor confirma o que vários deputados estão aqui a dizer ou então vai ter a humildade suficiente para dizer que se esqueceu ou que não se lembrou.

Desmentir esta afirmação, é desmentir um facto que repetidamente aqui já foi trazido por deputados de várias bancadas e eu desafio os deputados da bancada do Partido Socialista, que integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, a dizerem se é verdade ou não que o Sr. Presidente do Governo fez esta afirmação. Tanto fê-la que nos apressámos a registá-la



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

por escrito, porque ela não falava tão só de autonomização, mas de regionalização.

Aliás, convém lembrar que este termo não é novo na boca de membros do Governo Regional, porque já no dia 9 de Maio de 2000, aqui neste plenário, o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência de então, Francisco Coelho, também dizia: “justifica a existência de um serviço público e específico regional de uma televisão, a RTP Açores, que deve continuar a ser ... “. Portanto, nem sequer se trata de uma novidade. É uma terminologia que eu suponho que tem uma substância e que está enformada de um pensamento político, sobre esta matéria, que já em 2000 era utilizada pelo Governo Regional.

Gostava que me dissesse se é ou não a favor da autonomização?

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Concluo já, Sr. Presidente.

Se não quer responder a esta pergunta, e nós sabemos o incómodo que a pergunta lhe causa, responda-me então a outras três questões:

- Deve ou não haver um controlo parlamentar sobre a realização do serviço público?
- Deve ou não ser o Parlamento a aprovar o conteúdo do serviço público, respectivas obrigações e modalidades contratuais?
- Concorda ou não com a existência duma sociedade que confira uma autonomia de gestão e programação da RTP/Açores?

Eu fico à espera das respostas.

O silêncio ou o desvio às respostas a estas questões dão bem o tom da seriedade e da objectividade que o Partido Socialista tem neste debate.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.



**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para uma segunda intervenção.

O nosso debate vai evoluindo, há várias questões na mesa e várias ideias que se vão cruzando.

Eu queria começar por lembrar o objecto desta nossa discussão.

O Sr. Deputado Joaquim Machado agora lança umas perguntas, o Sr. Deputado Paulo Gusmão há bocado teceu outras considerações. Tudo isto é legítimo e não me oponho a nada disse, mas não é este o momento, porque nós estamos a discutir é a oportunidade da criação ou não de uma comissão eventual.

Ali não disse nenhuma palavra nesse sentido e daqui também não o vou dizer e, portanto, da minha parte não haverá nenhuma afirmação sobre as opiniões do meu Grupo Parlamentar relativamente à substância da matéria. Na altura própria essas opiniões serão apresentadas e postas à consideração de todos sem confrontar com as opiniões dos outros.

Neste tema, em relação àquilo que este Grupo Parlamentar pensa e aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pensa, existe uma divergência muito grande.

O Grupo Parlamentar do PCP não tem nenhuma objecção que, sobre as formas correctas, este debate seja parlamentarizado, e também não tem nenhuma objecção, no momento em que formalmente a Assembleia se tivesse que pronunciar sobre eventuais diplomas legais que obrigatoriamente têm que vir à sua consulta, que este órgão, neste regime parlamentar, encontre as formas adequadas para construir a opinião à cerca deste problema.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Agora, a divergência que temos em relação a vários, é sobre qual o instrumento, qual o momento e qual a fórmula.

A nossa opinião é que o debate sobre isto começaria muito bem com uma discussão em plenário, não hoje, Sr. Deputado Joaquim Machado, mas no momento próprio e foi por isso, como lembrei há pouco, que requeremos um debate de urgência, que depois suspendemos, atendendo a circunstâncias objectivas. É por isso que em Fevereiro vamos requerer um debate de urgência, nos termos do artigo 217º e 218º do Regimento, e cada Grupo Parlamentar e cada deputado terão aí a oportunidade de, numa primeira abordagem, colocarem o quadro de ideias que lhe parecerem essenciais

Portanto, nós não temos nenhum problema com o momento da discussão parlamentar e pensamos mesmo, Sra. Secretária, que isto não interfere absolutamente nada com a actividade legítima, necessária, indispensável e obrigatória que o Governo Regional tem que fazer, nomeadamente no plano da negociação em reuniões previstas ou marcadas.

Houve já um conjunto de diligências e eu, no exercício das funções que desempenho numa comissão e no meu Grupo Parlamentar, tive encontros com o Sr. Presidente do Governo, dando prioridade, na minha agenda, à participação nesses encontros, – e como todos sabem tinha outros trabalhos parlamentares nesse dia – porque o assunto era e é, de facto, muito importante.

Agora, o discutir-se hoje aqui de forma adequada, não interfere absolutamente em nada com a função do Governo. Aliás, é louvável que o Sr. Presidente do Governo tenha procedido como procedeu, não só convidando os Grupo Parlamentares para irem conversar com ele, mas também indo à Comissão, que tem competência nesta matéria, fazer um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

depoimento e dar as informações que entendeu dar, assumindo o compromisso, como já foi aqui lembrado, de que o fará mensalmente, enviando toda a informação que houver e que achar conveniente e, portanto, tudo isto se coaduna.

Parece-me que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem um entendimento, e também foi dito na intervenção da Sra. Secretária, de que não é o momento da parlamentarização. Nós não temos essa ideia.

Eu também quero dizer que mantenho integralmente o que disse sobre a Proposta de Resolução, do PSD, no que respeita ao objecto da comissão. Aquele objecto não é aceitável de forma nenhuma e não é a diferença entre a concretização e acompanhamento que modifica o problema. Aquele objecto simplesmente, como o Deputado Vasco Cordeiro muito bem disse e como eu também já tinha tido a oportunidade de levantar na Comissão, amarra “o boi à estaca” e não dá, efectivamente, nenhuma possibilidade de ver.

Agora, ao contrário do que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se o Partido Social Democrata vier apresentar uma proposta de alteração colocando o objecto na perspectiva da nossa intervenção, consideramos, e aí estou de acordo com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que as objecções que levantámos tinham alguma razão de ser, mas também consideramos que o Partido Social Democrata seria sensível, neste quadro, a essas objecções e que tinha como objectivo a criação correcta de uma comissão.

Portanto, não veria esta atitude do Partido Social Democrata como uma manobra, mas como uma atitude política legítima que a ser tomada, tem que o ser antes da votação na generalidade, porque, como se sabe e dado o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

quadro que se apresenta, não temos oportunidade de aferir se na especialidade a apresentaria ou aprovaria alguma que fosse apresentada.

Passando agora ao último tema, eu reafirmo, como referi na minha primeira intervenção e tal como o Sr. Deputado Paulo Gusmão também referiu, e talvez seja um ponto que possa ter algum aspecto comum, dado termos grupos parlamentares com a mesma dimensão, que a nossa inclinação parlamentar é o aproveitamento das Comissões Especializadas Permanentes, para o desenvolvimento dos temas que estão a seu cargo.

Portanto, não estamos, à partida, inclinados a comissões eventuais, mas também lembro que nunca reprovámos nenhuma.

Uma comissão eventual proposta, que tenha um objecto correcto e politicamente aceitável não é rejeitada por nós. Só é rejeitada por nós se não nos revirmos no objecto apresentado.

Era este conjunto de pontos de contacto, de diferença e o desafio ao PSD que eu queria deixar nesta minha segunda intervenção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de, em relação a algumas questões que foram aqui colocadas, nomeadamente pela intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, clarificar o seguinte:

O Sr. Deputado Joaquim Machado quer discutir aquilo que não está em discussão neste momento e quer fugir à discussão daquilo que está em debate.

Sr. Deputado Joaquim Machado, por muito que lhe custe eu não vou por aí, porque nós agora não estamos aqui a discutir a autonomização.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

(Aparte inaudível do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro)

**O Orador:** Diga, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Ele não está a dizer nada.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Eu vou falar a seguir.

**O Orador:** Bom, para quem tanto se preocupa com respeito, o seu comportamento agora foi desrespeitoso.

Em relação a esta matéria, Sr. Deputado Joaquim Machado, aquilo que eu lhe gostaria de dizer é o seguinte:

Não é apenas aquilo que o senhor quer discutir aqui da autonomização ou não, porque um conjunto de questões a esse propósito que interessa discutir e a oportunidade que nos dá o Partido Comunista Português, no debate de urgência promovido para hoje, se calhar será uma oportunidade excelente para essa discussão. Portanto, sobre esta matéria não iremos por aí.

Agora, Sr. Deputado Joaquim Machado, eu reafirmo que, porque já tive oportunidade de confirmar, com a honestidade política, pessoal e intelectual ou o que o senhor quiser chamar, o Sr. Presidente do Governo na reunião da Comissão referiu que a posição de princípio do Governo Regional era a de não concordar com a autonomização.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O que é que ia transmitir ao Governo da República?

**O Orador:** O senhor tenha calma que eu já vou aí, só que você não pode atender apenas àquilo que lhe convém, ...

**Presidente:** Srs. Deputados, não conversem por favor.

**O Orador:** ... o Sr. Deputado tem de atender também àquilo que foi dito antes, que a posição de princípio do Governo Regional era de não



concordar com a autonomização, e penso que o Sr. Deputado José Decq Mota também lá estava, mas havia um programa do Governo da República sufragado pelos portugueses que materializava isso e que esse era um facto com o qual teríamos que lidar...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não, Sr. Deputado, seja sincero.

**O Orador:** ... e que sobre esta matéria iria ser presente ao Governo da República e encetar as negociações tendentes ao cumprimento dessa parte. Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, sobre esta questão estamos perfeitamente esclarecidos.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não estamos.

**O Orador:** Da minha parte estamos perfeitamente esclarecidos, agora se o senhor não tem a possibilidade de lidar com isto, o problema é seu.

Portanto, a criação desta comissão, na conjuntura em que surge e com os objectivos que tem, vai merecer o voto contra do Partido Socialista.

Sobre esta matéria a nossa posição está perfeitamente clara, porque o que está aqui em discussão neste momento é a criação ou não da comissão eventual para tratar desta matéria e não a questão da autonomização da RTP/Açores.

Por muito que se lhe destrua as esperanças de brilhar neste plenário, vai para casa da mesma forma como aqui chegou, sem a discussão sobre esta matéria.

Muito obrigado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O senhor é que não quer reconhecer a verdade dos factos. Honestidade política no debate.

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro. Dispõe de 3 minutos.



**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Muito brevemente começo primeiro por dizer, num exercício de humildade, que se entendeu o meu gesto de ofensivo, o meu pedido de desculpas.

**Deputado Vasco Cordeiro (PSD):** As desculpas estão aceites.

**O Orador:** Sinceramente penso que não foi e parece-me que, aliás, em jeito de aparte parlamentar, não tem nada de ofensivo, mas fica este registo para perceber o meu comportamento e a diferença em relação a alguns dos Srs. Deputados.

Vamos ao debate.

Se o que parece preocupar o Partido Socialista, desde a primeira hora, em que o Presidente do PSD, sem ainda ter definido o objecto da comissão, disse que ia apresentar uma comissão eventual para estudar o Serviço Público de Audiovisual nos Açores, o que o preocupa hoje é o objecto de ele dizer que, de facto, a falta de razão na argumentação atrapalha muito. Atrapalhou-o a si, alguns Srs. Deputados e alguns Membros do Governo, na tentativa de justificar o injustificável, a não ser uma mera arrogância e uma prepotência da maioria absoluta musculada que o Partido Socialista exerce por cada iniciativa que o Grupo Parlamentar do PSD toma neste Parlamento.

**Vozes da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Mas há mais:

O Sr. Deputado não estava sozinho nesta atrapalhada argumentação, por falta de razão, juntou-se a si também a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência, para atrapalhar ainda mais a vossa argumentação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Quanto ao objecto, ele torna-se sensível para mim, sob o ponto de vista político, mas não seguramente por razões jurídicas, porque acho que a interpretação feita está errada.

É preciso compreender que esta proposta de resolução tem dois pontos e define neste conjunto os diversos objectos e faz referência a um documento das novas opções para o audiovisual, que é do conhecimento dos Srs. Deputados e, pelos vistos, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não terá lido.

Uma primeira reacção do Partido Socialista e do Governo Regional foi dizerem que aquele documento, no que dizia respeito aos Açores, era muito vago e nada dizia. Hoje parece que é um problema. E, por nada dizer, nem sequer merecia comentários por parte do Governo ou do Partido Socialista.

Quando se diz aqui que se procura acompanhar, estudar e concretizar o que o documento das novas opções afirma para o audiovisual na Região, a autonomização, o PSD sempre declarou estar de acordo. Tudo o resto está por preencher.

Devo dizer que confirmo essa interpretação, desde logo por declarações feitas pelo Partido Socialista de forma apressada e atrapalhada, como tem sido costume nesta matéria. Foi assim confirmado por dirigentes da RTP/Açores, numa visita que o Grupo Parlamentar do PSD e o seu Presidente fizeram, e por trabalhadores da RTP/Açores.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Portanto, o que era preciso era reflectir no Parlamento, com pluralidade de opinião, o preencher destas negociações que são, como é natural, conduzidas pelo Governo e já declaradas.

Contrário o que disse, infelizmente, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Não lhe posso dizer que mentiu, mas disse meia verdade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

O Sr. Presidente do Governo disse, e é verdade, que tinha por princípio discordar desta opção,...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso já é diferente.

**O Orador:** ... mas manifestou de imediato dizendo, e, aliás, por mim foi alertado para a sua declaração, “vou manifestar ao Sr. Ministro concordância com a regionalização da RTP/Açores”. Foi dito e foi escrito.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É um facto com o qual tem que lidar.

**Presidente:** Sr. Deputado, Muito obrigado.

**O Orador:** Sr. Presidente, eu pedia-lhe que em vez de esclarecimento fosse intervenção.

**Presidente:** Eu tive o cuidado de lhe perguntar.

**O Orador:** Então inscrevo-me para nova intervenção.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputados Paulo Gusmão para esclarecimentos, creio eu.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** E crê muito bem, Sr. Presidente.

**Presidente:** Então dispõe de 3 minutos e lembro que estamos há uma hora a discutir este diploma. Se fizermos a contas a uma hora para cada um dos diplomas que faltam, temos até às 06,00 horas da manhã.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Peço a V. Exa. que não seja eu a pagar por isso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um breve esclarecimento e tem a ver com aquilo que foi dito aqui também pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro e tem a ver com a reposição da verdade.

Entramos aqui no debate do conteúdo e foi isso que fizemos, porque foi o Sr. Deputado Vasco Cordeiro a ir àquela tribuna falar de conteúdo, agora já mudou um pouco a conversa.



Eu estava aqui a dizer ao meu companheiro de bancada que me faz lembrar aquela gente que aposta no jogo do bicho, vai perdendo e quanto mais perde, mais joga,...

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Esse jogo é ilegal.

**O Orador:** ... ou seja, foi ali falar do conteúdo e agora já está na forma.

O Sr. Deputado é que entrou aqui no conteúdo da questão e quanto ao conteúdo o Grupo Parlamentar do CDS/PP gostava de deixar bem claro que não nos faz dúvida nenhuma aquilo que é a proposta do Governo da República e é sobre isso que temos de ter mais alguma franqueza.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro vem aqui dizer que o Sr. Presidente do Governo não disse o que nós ouvimos.

Eu julgo que é um pouco de lamentar e nós que estamos a ser ouvidos, nós que vamos continuar a ser ouvidos, nós que somos convidados a dar opinião, nós que já fomos convidados a dar opinião, afinal temos também de ter aqui um ponto de ordem nesta matéria.

O Sr. Presidente do Governo Regional, em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, disse: “manifesto concordância no processo de regionalização”. Mais do que isso: o Sr. Presidente do Governo Regional disse que era intenção do Governo, num rol de onze intenções, que “A Região deve contribuir no mínimo, mas deve participar”.

Não disse que estava em discussão, se ia participar ou não no processo de regionalização, mas disse. “A gestão é garantida, mas aí, na contribuição da Região é que deve contribuir no mínimo”. São estas as expressões do Sr. Presidente do Governo Regional. Foi isto que nos dito em sede de Comissão e foi isso que nos foi dito na audiência que tivemos com o Sr. Presidente do Governo Regional, em que tivemos também todo o gosto em sermos convidados a dar a nossa opinião e ouvir as intenções do Governo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Portanto, isto foi o que nos foi dito.

Se V. Exa. insistir que o Sr. Presidente do Governo Regional não concorda com este processo, faço saber que amanhã mesmo teremos o gosto de perguntar, pelas vias normais, qual é que é novamente a posição do Sr. Presidente do Governo. Não podemos falar a duas vozes, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente garante que concorda com o processo de autonomização, com o processo de regionalização e diz que tem por única dúvida qual é o montante.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Posição de princípio.

**O Orador:** Não diz que é um remédio, diz que é posição de princípio, que concorda. Diz apenas a bem da autonomia que, como todos nós dizemos e que Grupo Parlamentar do CDS/PP também diz, o Estado tem de contribuir no máximo o que todos nós juntos conseguirmos. Agora a gestão pode ser nossa e isso é importante. Eu estou ao lado do Sr. Presidente do Governo Regional nesta matéria ao contrário de V. Exa. que diz que não, a não ser que ele diga coisas diferente a si do que nos diz a nós.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Se a questão fosse formal nem tínhamos qualquer dúvida quanto a isto, mas foi levantada a questão de conteúdo.

Quanto à questão das comissões eventuais, não tem a ver com a dimensão do nosso Grupo Parlamentar. Nós partilhamos das opiniões da nossa maioria que governa a República. Nós partilhamos da nossa maioria que, por exemplo, teve a felicidade de ter a boa ideia de acabar com comissões e mais comissões que havia na Assembleia da República, nomeadamente até havia uma para a paridade e igualdade...



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**Presidente:** Sr. Deputado, não posso permitir que vá por esse caminho e o senhor já vai na Assembleia da República. Eu tenho que disciplinar este debate, porque nem às 7 horas da manhã sairemos daqui.

**O Orador:** Eu peço desculpa por ter ido além do objecto, mas espero que tenha em consideração que não estou a fazer nada que ninguém tenha feito antes de mim.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Prescindo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para concluir o raciocínio que há pouco fazia e também para me cingir ao objecto deste debate e ao objecto da proposta.

Dizia eu que, sob o ponto de vista jurídico, da leitura rigorosa do texto tal como está na proposta, eu não há argumentos que me tenham feito abalar na convicção de que a proposta é correcta. Sou sensível, todavia, como dizia, à questão política e interpretativa que fazem sobre aquilo que seria a posição da Assembleia Legislativa Regional nesta matéria, sob o ponto de vista político.

Muito bem, então vamos ver se, de facto, com uma alteração que salvaguarde essa preocupação política manifestada, o PS altera a seu sentido de voto. O PS não altera a seu sentido de voto, porque sem necessidade de argumento, vem o propósito de chumbar a iniciativa do PSD, porque continua a querer exercer a força da sua maioria absoluta musculada e pelos vistos cada vez menos racional.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!



**O Orador:** Portanto, é isto que tem de ficar evidenciado neste debate. Não é pelos argumentos, porque um dia é a extemporaneidade, no outro dia é o problema do objecto e no outro dia, sem conhecimento do objecto, foi anunciado por um dos Srs. Deputados que pura e simplesmente era para chumbar a proposta anunciado da criação desta comissão.

Portanto, não é pelos argumentos aqui expostos ou antes em comissão que se fundamenta o chumbo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Mas, porque está neste debate com outro tipo de postura relativamente a esta matéria, por exemplo, como manifestou o Partido Comunista e o Deputado José Decq Mota fez um desafio ao PSD, nós aceitámos o desafio e vamos fazer, do ponto de vista político, uma alteração que signifique o envolvimento político da Assembleia Legislativa Regional, como entendeu o Partido Comunista, para o texto e para o objecto desta comissão, apresentando na Mesa uma proposta de alteração que confirma, na minha opinião, sob o ponto de vista jurídico e mesmo literário o que já lá está dito, mas que salvaguarda esta sensibilidade política: “A comissão tem por objecto o estudo e a definição de um modelo de serviço público audiovisual nos Açores”

É exactamente isso que falta concretizar, porque aquilo que foi definido no documento do Governo da República é apenas a autonomização. Falta definir esse modelo e é isso que vamos fazer.

O comportamento e a manutenção do voto contra do Partido Socialista não tem argumento político, não tem argumento parlamentar nem coisa nenhuma, sob o ponto de vista técnico e jurídico desta Proposta de Resolução. Tem apenas uma teimosia, uma arrogância e uma prepotência.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Os senhores não sabem o que querem.



**O Orador:** Este é que é o vosso comportamento e é isso que agora desmancha a atrapalhada a vossa argumentação.

Com esta proposta de alteração retiramos o tapete ao Partido Socialista e desmascaramos a “careca” a postura de apenas chumbar o que vem do PSD.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Manuel Herberto Rosa (PS):** Prescindo.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. secretária Regional Adjunta da Presidência.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar aqui um aspecto que me parece essencial em todo este debate.

Não está em discussão a autonomização, está sim em discussão declarações que terá proferido o Sr. Presidente do Governo, em sede de Comissão.

Como sabem eu não estive presente na Comissão, ...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Eu estive. Se não esteve não se atrapalhe com o que vai dizer.

**A Oradora:** ... mas esteve o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que já reafirmou aquilo que ele disse e a questão fundamental a saber é esta: o Sr. Presidente do Governo não foi ouvido para saber se concordava ou não com a criação de uma comissão eventual, até porque nem tinha que se pronunciar sobre isso. É esta a questão que aqui está, mas não é esta a questão que os senhores querem discutir. Desviam o debate para a questão da autonomização, porque querem precisamente fugir à questão da criação da



comissão eventual, que é a única que se devia e que é pertinente neste momento debater.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O problema foi que quem se meteu por esse caminho foi o Deputado Vasco Cordeiro que começou a discutir o objecto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

O nosso debate vai evoluindo e, na perfeita sequência do que há pouco disse, eu gostaria de começar por um problema mais pequeno que é o problema da adulteração do debate.

Já foram feitas aqui várias tentativas de modificar o que está em debate e eu sou especialmente sensível a essas tentativas – e eu não fiz nenhuma – pelo facto de se termos o entendimento que o debate de urgência devia ser adiado, atendendo à situação que tínhamos nesta ordem de trabalhos, eu não posso aceitar, directa ou indirectamente, que discutindo a matéria em termos puros ou discutindo a matéria por via do que se disse que disse o Sr. Presidente do Governo Regional, se edite uma versão mais frouxa do debate que esteve para se realizar. Não posso aceitar isso e penso que o Sr. Presidente, na intervenção que há pouco fez, já colocou alguma ordem nisto, porque estava tendencialmente a degenerar noutra sentida.

Em relação ao desafio que fiz ao Grupo Parlamentar do PSD e à última intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, queria dizer com toda a objectividade e sem grande consumo de palavras colocadas para enfeitar um raciocínio que tem que ser muito simples, o seguinte:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Se os senhores mudam é porque aquilo que foi dito em sentido contrário ao que tinham apresentado fez algum eco. Se nós criticamos, é porque aquilo que foi apresentado por vós encontrou algum obstáculo.

Temos aqui um exemplo duma evolução positiva que eu não considero nem meritória nem derrota de ninguém. Se por lapso ou se foi a ver se colava, – e desculpem a crueza da expressão – eu não sei nem vou fazer nenhum juízo, agora o que é certo é que aquele objecto que lá estava não servia, porque, na minha opinião e continuo com esta ideia, amarrava este Parlamento. O que está na proposta de alteração, agora distribuída, é rigoroso e corresponde àquilo que é o papel desta Assembleia.

Portanto, isto é, para este Grupo Parlamentar, matéria suficiente para alterarmos a nossa posição.

Eu já tinha levantado esta objecção política na Comissão. Eu na Comissão, por razões de trabalho, tive que sair antes do término do debate e o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro disse-me uma coisa que eu gostei e que foi isto: “Quanto ao conteúdo, os textos podem-se mudar até à altura da votação”. Efectivamente mudaram num sentido que, para nós, é positivo.

Portanto, no que respeita a esta nossa objecção política, ela desapareceu a partir do momento da entrega na Mesa desta proposta de alteração.

No que respeita à questão da comissão, a nossa preferência parlamentar seria outra, mas não é suficiente, e isto tem coerência com procedimentos anteriores, para inviabilizar. Nós, a partir deste momento, aprovamos esta proposta.

Termino dizendo que, dentro dos prazos regimentais, apresentarei ao Sr. Presidente o requerimento do debate de urgência para Fevereiro.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.



**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Apenas para, em relação à proposta de alteração agora apresentada pelo Partido Social Democrata, reafirmar a nossa discordância pelos seguintes motivos:

Em primeiro lugar, uma discussão que, aliás, foi uma das discussões mais demoradas no Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que diz respeito à própria ideia e à possibilidade de neste momento nós termos um serviço público audiovisual nos Açores.

Eu pessoalmente tenho uma perspectiva que, não indo já directamente à questão política, radica desde logo na constitucionalidade desta discussão, se confrontarmos com o artigo 38º, nº 5 da Constituição.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Objecto de discussão.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Há falta de argumentos, cá vem mais um.

**O Orador:** Tenho vários argumentos contra a criação da comissão, como já expliquei.

Também entendemos que, em relação a esta discussão, a metodologia que foi até aqui seguida e proposta até pelo PCP, é aquela que faz sentido, que é manter um acompanhamento ao nível da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e termos em sede de plenário um debate de urgência sobre esta matéria, sendo certo, Sr. Deputado José Decq Mota, que eu até fiquei surpreendido, porque se é uma comissão eventual, cujo único objecto é a discussão do serviço público de audiovisual nos Açores, certamente perderá sentido um debate de urgência sobre esta matéria.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Portanto, sobre esta questão eu manifesto total concordância com aquela que foi a sugestão do PCP. Manifesto total discordância com esta alteração, por motivos que já foram adiantados ali da tribuna e não é, certamente, esta circunstância da alteração que agora nos faz mudar essa posição.

O PSD meteu água a princípio e tentou atabalhoadamente corrigir a água que meteu, mas continua a meter água.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Para concluir, passo a dar a nossa posição sobre esta matéria que é a seguinte:

Em primeiro lugar, nós entendemos que, como argumentos que justificam o nosso voto contra a criação desta comissão eventual, o procedimento que neste momento está a ser seguido pelo Governo Regional, nomeadamente no seu relacionamento com o Parlamento e com a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, é o procedimento correcto.

Em segundo lugar, duvidamos da possibilidade de se iniciar uma discussão sobre um serviço público de audiovisual nos Açores.

Em terceiro lugar, concordamos em absoluto com a proposta do PCP de realizar um debate de urgência sobre esta matéria em Fevereiro.

Em quarto lugar, entendemos que se aprovássemos a criação desta comissão eventual, a realização do debate de urgência perderia o sentido, porque haveria uma comissão eventual para debater esta matéria.

Portanto, encontram-se aqui justificadas as razões pelas quais o Grupo Parlamentar do Partido Socialista mantém o seu sentido de voto, entendendo que, e reconheça-se, esta Proposta de Resolução resolve uma das objecções colocadas, mas não resolve todas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.



Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Joaquim Machado. Dispõe de três minutos.

**Deputado Joaquim Machado** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Mais uma vez vou usar da minha sinceridade e da minha clareza para lhe fazer um elogio.

Só uma grande capacidade de resistência intelectual é capaz de produzir essas voltas e não o deixar estonteante.

Vamos por partes:

Em declarações públicas, disse o Sr. Deputado, **enquanto único** porta-voz, que V. Exa. tanta questão fez em enfatizar em sede de Comissão, que disse que, sem conhecer a proposta, o Partido Socialista a chumbaria, porque ela tratava do serviço público audiovisual dos Açores e esse “dos” era o nó górdio do problema.

Depois, quando V. Exa. teve a oportunidade de ver o documento e como dizia que não era “dos” Açores, mas “nos” Açores, mudou de posição, e vai à Comissão dizer que o PS era contra esta comissão, porque ela era extemporânea. Eu tive o cuidado de ir buscar o dicionário para ver o que queria dizer a palavra “extemporânea”, não fosse eu fazer uma interpretação diferente daquela que V. Exa. fez, e então, “extemporânea”, quer dizer “fora do tempo próprio”. Fiquei na dúvida de se criar uma comissão com este fim era cedo ou era tarde. Mas nas definições do dicionário ainda diz mais: ”impróprio da ocasião”. Aqui a ocasião, realmente, não era própria para o Partido Socialista. Mas ainda tem mais uma definição e diz: “é inoportuno”. De facto, esta proposta é inoportuna, porque deixa o Partido Socialista sem discurso e de “careca à mostra”, como o meu companheiro de bancada e Presidente do meu Grupo



Parlamentar, usando uma expressão muito popular, já teve oportunidade de dizer.

Mas, a argumentação do Partido Socialista não ficou por aí, ainda encontrou um novo argumento, que é o argumento do objecto da comissão, mas esse também já se perdeu durante o debate e agora aduz um novo na sequência da nossa proposta de alteração, porque, de facto, nós estamos abertos. Nós não temos essa rigidez, essa musculação autoritária,...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Em termos de musculação, cuidado!

**O Orador:** ... repito, autoritária e inflexível de V. Exas.. Nós temos a capacidade e a humildade de reconhecer, quando podemos dar um passo em frente para melhorar, para defender os interesses da Região, não hesitamos. Demos o passo e V. Exa. agora aduz com a constitucionalidade da proposta.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, por amor de Deus!

Vejamos:

No dia 10 de Maio de 2000 esta Assembleia aprovou, por unanimidade, uma Resolução, a nº 13/2000/A, de 7 de Junho que tem o seguinte título: “Consolidação e Divulgação do Serviço Público Regional de Televisão”.

Das duas uma, Sr. Deputado, vamos a ver se nos entendemos, ou esta proposta do PSD não tem qualquer problema de constitucionalidade ou então, coisa grave, esta Casa cometeu a ilegalidade de aprovar uma Resolução, por unanimidade, que nem o guardião da constitucionalidade, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, nem objectou contra ela. Aprovou uma Resolução que tem este título: “Consolidação e Divulgação do Serviço Público Regional de Televisão”.



Em que ficamos Sr. Deputado? A ilegalidade foi em 2000 ou é agora? Convenhamos que, para tanto zigue-zague, manter-se de pé sem ficar estonteado, é realmente obra.

**Vozes da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Dispõe de três minutos.

**Deputado Vasco Cordeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Do meio da sua prosa, muito embora recorrendo ao dicionário, mas ninguém é perfeito, pouco se aproveitou para esta discussão...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Esse é o seu problema!

**O Orador:** ... e por um motivo muito simples: nós estamos a assistir aqui a uma cena verdadeiramente caricata.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Nós estamos, é verdade!

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

**O Orador:** Vamos ver se os senhores batem palmas depois de eu explicar.

O Partido Social Democrata chegou aqui a propor um determinado objecto para esta comissão, depois percebeu que fez asneira, faz uma proposta de alteração e afinal de contas é o PS que passa por mau da fita.

**Deputado Mark Marques (PSD):** É falta de sensibilidade e bom senso!



**O Orador:** Os senhores não sabem o que é que fazem, os senhores não sabem o que é que querem e somos nós que passamos por maus da fita. Srs. Deputados, vamos ver se nos entendemos!

Afinal os senhores o que é que querem para esta matéria? Os senhores, em relação à questão do Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores, querem uma comissão eventual, com objectos para discutir o mais abrangente possível? Muito bem, Foram aduzidos argumentos dali, em primeiro lugar, relativamente às questões de oportunidade, questões relativas à forma, como neste momento está a ser desencadeado o relacionamento.

Houve argumentos que foram aduzidos relativos ao objecto da comissão e que eu tive a oportunidade de, com honestidade, reconhecer que esta proposta resolvia, em parte, eliminadas estas objecções.

Srs. Deputados, quem fez asneira foram os senhores, não fomos nós. Os senhores é que chegaram aqui com um objecto para uma comissão que depois vieram a alterar. Os senhores é que chegaram aqui sem saberem concretamente o que é que queriam para esta matéria.

Eu reafirmo aquilo que digo: o PS mantém-se nesta questão coerente e não andamos a mudar.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** É verdade! É só chumbar, chumbar. A argumentação é que varia.

**O Orador:** Eu apresentei vários argumentos e os senhores resolveram um. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Quem está aqui a ter um comportamento estonteante e ziguezagueante não fomos nós. Quem está aqui sem saber o que é que quer são os senhores e é preciso que isso fique claro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Quem apresentou uma coisa, depois propõe outra e anda para trás e para diante são os senhores, não somos nós. A nossa posição é clara e é clara desde o começo da discussão até agora. Os senhores querem fazer passar uma comissão que traz descaradamente, “água no bico”, com a formulação que tinha anteriormente.

Por falar em “careca à mostra”, Sr. Deputado Joaquim Machado, afinal parece que quem ficou primeiro com a “careca à mostra” foram os senhores e, portanto, sobre esta questão não se tentem inverter posições. Os senhores é que chegaram aqui sem saber aquilo que queriam. Os senhores é que fizeram asneira e nós mantemos a mesma posição com que iniciámos a análise deste debate.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

Portanto, em relação a esta questão, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, parece-nos, por muitos dicionários que vá recorrer o Sr. Deputado Joaquim Machado, por muita retórica musculada – e penso que em relação a si também posso dizer isso – que se possa utilizar, que a questão é simples: ...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não o obrigue a ir ao dicionário.

**O Orador:** ... os senhores desperdiçaram uma oportunidade de contribuírem validamente para este debate.

Quiseram amarrar este Parlamento a uma determinada solução. Felizmente foram descobertos e agora querem atamancar as coisas. Não funciona assim, Srs. Deputados, pelo menos connosco.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Está esclarecido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Dispõe de três minutos para esclarecimentos.



**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha intervenção visa tão somente fazer uma correcção ao raciocínio do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

O PSD chegou aqui com uma posição firme, determinada, fortalecida até por uma opinião pública...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Então por que é que apresentam a proposta de alteração se estavam tão convencidos?

**O Orador:** ... e, desde logo, pelos principais destinatários deste problema que são os trabalhadores da RTP e da RDP, mas também todos os açorianos que podem e devem ser melhor beneficiados, no futuro, por um serviço público de televisão dos Açores.

Mesmo que déssemos de barato que tínhamos feito asneira e tínhamos mudado, Sr. Deputado, aí residia logo uma grande diferença entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, porque nós somos capazes de reconhecer o nosso erro e corrigir...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** E nós também.

**O Orador:** ... e os senhores nunca, mesmo nunca reconhecem e são capazes de mudar.

Nós até mudámos de posição, dou-lhe isso de barato, agora os senhores é que, perante uma situação nova, mantêm-se irredutíveis na arrogância, numa maioria musculada, com uma intenção firme de chumbar tudo o que vem da oposição.

Para quem diz, Sr. Deputado, que anda a mudar os Açores, convenhamos que muda pouco. Eu diria como o povo: “Este PS já não tem taulho”!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para esclarecimentos. Dispõe de três minutos.



**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor foi modesto e tem razões para o ser.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O senhor é que nunca consegue ser modesto.

**O Orador:** Em relação a esta matéria a questão que aqui está em causa foi perfeitamente esclarecida e clarificada.

O problema aqui, Sr. Deputado, é uma divergência de entendimento entre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata relativamente a um conjunto de questões que dizem respeito à constituição desta comissão.

Os senhores não tentem agora fazer recair sobre nós o ónus de terem, utilizando as suas palavras, feito asneira e de se terem enganado no objecto da comissão e de terem tentado atamancar as coisas.

Eu repito pela última vez: há uma comissão que tem essa competência, o relacionamento que neste momento está a ser estabelecido entre o Governo Regional e esta Comissão, dá resposta e permite um acompanhamento pela parte do Parlamento.

Nós entendemos que a proposta do PCP relativa a um debate de urgência faz todo o sentido, permitindo que em plenário esta questão seja devidamente debatida.

O PSD com esta Proposta de Resolução e, sobretudo, com o seu avança e recua em relação ao objecto, demonstra que a intenção não era seguramente discutir o serviço público de televisão, não era seguramente chamar todos a participar, mas sim amarrar o Parlamento dos Açores às soluções apresentadas pelo Governo da República.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Paciência, Srs. Deputados, da próxima vez tenham mais cuidado com aquilo que fazem e certamente terão, como sempre têm tido, o voto favorável da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando há razões para isso e tem-nas havido em algumas circunstâncias,...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Nunca!

**O Orador:** Quer que eu lhe mostre o diário das sessões em que votámos a favor de algumas propostas vossas?

... mas também terão o voto contra, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quando aquilo que tentam fazer não é de acordo com a nossa visão dos interesses dos Açores e, portanto, é tão simples quanto isto. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção, salvo outros assuntos novos que possam ser aduzidos a este debate.

O Partido Social Democrata apresentou uma Proposta de Resolução visando constituir uma comissão eventual, do nosso ponto de vista, para estudar e definir um modelo de serviço público audiovisual nos Açores, que decorre de alterações a nível nacional, porque se elas não existissem não se questionava o modelo de serviço público de televisão nos Açores. Fizemo-lo com toda a clareza e com toda a lisura.

A redacção não agradou ao Partido Socialista.

O Partido Comunista também manifestou dúvidas sobre o modo como essa intenção estava expressa em termos de redacção.

Nós clarificamos a nossa posição, modificamos o texto de modo a ele revelar toda a nossa intenção para que não restassem dúvidas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

O Partido Socialista teimou na sua arrogância. Mesmo perante factos novos manteve sempre a posição inicial, porque esta iniciativa do PSD era inoportuna. Ela não se compagina com a arrogância do Partido Socialista que vê nas iniciativas da oposição uma qualquer coisa que paira no ar que ameaça.

Sr. Deputado, não é por não fazer passar esta comissão que o seu partido vai livrar-se daquilo que todos nós já sabemos. É apenas uma questão de tempo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para esclarecimentos. Dispõe de três minutos.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

É para dizer que, pela parte do PSD, esta Proposta de Resolução pode ir para votação, porque parece-me que está suficientemente esclarecido o debate e os argumentos.

Registei apenas três argumentos do Partido Socialista para votar contra:

- primeiro, porque a proposta vinha do PSD;
- segundo, porque a proposta vinha do PSD;
- terceiro, porque a proposta vinha do PSD!

Creio que não há mais debate a fazer.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

**Presidente:** Não há mais ninguém inscrito, vamos passar à votação e, se me permitem, vamos votar já com a alteração introduzida pelo PSD.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi rejeitada com 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP, 27 votos contra do PS e 2 abstenções do PP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho necessidade de registar uma brevíssima declaração de voto, dizendo apenas o seguinte:

A objecção política de fundo que o PCP encontrou nesta Proposta, e que era a primeira definição do seu objecto, foi removida pelo autor e foi substituída por uma definição de objecto perfeitamente aceitável, face ao entendimento que temos do papel e das funções desta Assembleia Regional.

Desaparecido o obstáculo, embora não tenhamos especiais simpatias por este tipo de comissão eventual, não tínhamos razão de fundo para não viabilizar a proposta.

Feito o esforço de debate e conseguido o convencimento do proponente, não hesitámos em mudar de posição.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Duma forma muito breve, até porque o debate foi longo, quero dizer apenas que o Grupo Parlamentar do CDS/PP começou e acabou com a mesma noção que tinha desta matéria. A nossa noção de comissões eventuais é sempre a mesma.

Nesta matéria, V. Exa. teve, e com a consideração e respeito que tenho por si, Sr. Presidente, o entendimento de que me deveria interromper, porque estava a divagar fazendo comparações com comissões eventuais na Assembleia da República, mas até atendendo à hora, é evidente que nem levarei a mal essa parte, mas lamentamos também que em todo o debate tenha havido um pouco uma certa divagação, a ver quem fugia mais, porque aquilo que sempre entendemos, desde o início, foi que, havendo uma Comissão Permanente, esta questão muito bem podia ser discutida nesta Comissão.

Agora, o que fica aqui também demonstrado é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi andando, andando e acabou dizendo: afinal há uma Comissão Permanente para esta área e por isso não é preciso uma comissão eventual.

O que fica aqui demonstrado é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem coerência com as outras comissões. Não há aqui qualquer coerência, por exemplo, como quando foi com a saúde. A comparação quanto à comissão eventual para o estudo da saúde só se foi na noção da urgência desse debate que se fala para o futuro, que é, como na saúde, em que um doente chega lá, mas a urgência é só para dali a um mês. Portanto, quanto ao resto não há qualquer coerência.

Os senhores começaram com o objecto e andaram, andaram para acabar na mesma conclusão onde nós iniciámos que foi: existe uma Comissão Permanente e é no âmbito dela que deve ser feita a discussão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Continuamos a entender que todo o objecto que foi aqui proposto inicialmente era correcto e não havia problema nenhum em discuti-lo. Não há qualquer eventualidade em relação a isso, porque estamos todos de acordo que a nossa televisão vai com certeza avançar no modelo que o Governo da República teve a coragem de propor e não vemos qualquer questão que isso venha trazer qualquer corte à nossa autonomia, antes pelo contrário pergunta, de uma forma clara, às pessoas se é preciso ou não fazer alguma coisa a bem dos açorianos.

Tudo o resto foi “fado” e, se calhar, foi no “fado” quando o Sr. Presidente não teve o bom gosto de interromper.

Muito obrigado.

**Deputado Vasco Cordeiro(PS):** Depois disto, mais palavras para quê?!